



prefeitura de  
**PORTO ALEGRE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA**  
**COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**  
**PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC**  
**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Decisão nº **63** / 2021 CMRI

Porto Alegre, 30 de novembro de 2021.

**Recurso nº** 004507-21-62

**Recorrente:** C. D.

**Órgão Requerido:** Secretaria Municipal de Cultura - **SMC**

**Relator:** Gabinete do Prefeito – **GP**

## **1. Relatório**

### **1.1 Resumo do pedido original**

Solicita o requerente uma série de informações relacionados ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural (Compahc), as quais não teriam sido disponibilizadas em pedido anterior (Solicitação 003716-21-02).

### **1.2 Razões do órgão/entidade requerida**

A Secretaria Municipal de Cultura solicitou prorrogação de 10 dias do prazo para resposta, com fulcro no art. 14 § 3º do Decreto Municipal Nº 19.990/2018.

Tempestivamente adicionou documentos ao Sistema e-Sic, referentes à solicitação em tela, que foram enviados ao requerente.

### **1.3 Razões do recorrente**

No recurso à CMRI o requerente alega que a solicitação não foi atendida em sua totalidade, razão pela qual postula *“a disponibilização dos arquivos contendo as demais atas do Compahc que constam na rede interna, conforme referido na resposta”*

## 2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da resposta encaminhada pela SMC, sendo dessa forma tempestivo e o requerente é parte legítima para recorrer e solicitar reexame da matéria.

## 3. Análise do mérito

Analisando o recurso recebido por essa Comissão, verificamos que o pedido em tela tem relação com a Solicitação n. 003716-21-02, que tramita no processo sei n. 21.0.000050256-9, visto que traz pedido de informações relacionado com os mesmos itens mencionados no referido expediente.

E conforme consta na Decisão Administrativa CMRI-SMTC 14940900 do referido processo sei, *“(...) a Secretaria Municipal de Cultura conseguiu levantar todas as informações ora requeridas, trazendo as respostas ao processo em tela, conforme documentos (14491227 ;14777690).”*

Assim, observa-se que as informações contidas naquele expediente devem ser repassadas ao recorrente.

E, no tocante às atas faltantes do Compahc, conclui-se que o feito deve retornar à SMC, a fim de que tais documentos sejam juntados e remetidos ao solicitante, considerando que, consoante registrado no doc. 14491227, a juntada ficou pendente, pois estavam em processo de localização.

Dessa forma, entendemos que procede o recurso interposto.

## 4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento ao recurso.

## 5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificação do recorrente, da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Divisão de Gestão Documental

Recurso CMRI nº **004507-21-62**



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiéli Aurelio Irigaray, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 15:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 15:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor**



**Público**, em 30/11/2021, às 15:40, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Simone Vicari Tarasconi, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **16512762** e o código CRC **7B494748**.

---